

POLÍTICA

DOMINGO, 2 DE ABRIL DE 1995

PÁGINA A4

GOVERNO

FHC

Presidente revê estratégia depois de três meses

Dificuldades iniciais levam FH a fazer ajustes na economia, reavaliar projeto de reforma constitucional e buscar nova política de comunicação

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — O governo Fernando Henrique Cardoso aproxima-se dos cem dias com poucos motivos para comemorar. Em menos de três meses teve de fazer drásticos ajustes na economia e rever seu projeto de reforma constitucional. Nos dois casos, andou para trás. Para tentar reverter o quadro, o presidente se transformou em garoto-propaganda do governo e mandou a equipe buscar apoio na sociedade, com repercussão no Congresso. Também passou a anunciar, em discursos e audiências, projetos de infra-estrutura só imagináveis nos tempos do milagre econômico, sem garantias de que terá dinheiro para executá-los.

As guinadas do governo levaram o ex-vice-presidente Aureliano Chaves, uma figura discreta da política, a procurar um amigo em Brasília e fazer a pergunta óbvia: "O que está acontecendo com o nosso Fernando Henrique?" Aureliano deve buscar a resposta com o próprio, nas próximas semanas. Em comum, os dois políticos têm a reputação de honestidade. Os tropeços dos primeiros três meses também estão aproximando Fernando Henrique do mineiro Aureliano, um político indecifrável.

Fernando Henrique avalia, em conversas reservadas e despachos com a equipe, que foi atingido por três balas: a crise mexicana, a trapalhada do Banco Central e o fracasso de sua política de comunicação. "É um paradoxo: o governo

vai bem, mas não teve ambiente para viver sua lua-de-mel com a sociedade", resume um ministro de bom trânsito no Planalto. A declaração, além de anônima, é otimista.

A crise mexicana mudou o cenário internacional em que navegava o plano. Pegou o governo de surpresa, afugentou investidores e obrigou a área econômica a improvisar uma nova âncora. "Não contávamos com isso e tivemos de nos adaptar, mas em condições ainda boas", diz o líder do governo na Câmara, José Aníbal (PSDB-SP). A operação do novo sistema de bandas cambiais fez o governo perder duas semanas e sangrar alguns bilhões em divisas, enfraquecendo mais ainda a desacreditada âncora cambial. "Trapalhões", definiu o deputado e ex-ministro da Fazenda Delfim Netto (PPR-SP).

Finalmente, a incapacidade de levar ao público um balanço positivo de ações levou o presidente a avaliar a possibilidade de, num gesto inédito, deixar passar em branco a marca dos cem dias, 10 de abril, pelo calendário gregoriano. A não ser que ele consiga reverter o quadro de amarguras econômicas e revezes políticos no tempo que falta até lá.

Como qualquer presidente,

Fernando Henrique está seguro de que a culpa pelos problemas não é dele. No caso da falência do México, pelo menos, tem razão. Ele não se chama Carlos Salinas nem Ernesto Zedillo. Para os dois outros problemas foram encontrados bodes expiatórios no Brasil mesmo. No primeiro caso, além dos especuladores de sempre, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), autor de uma denúncia pior explicitada do que rebatida.

Na batalha perdida da comunicação foi imolado, quinta-feira, o jornalista Roberto Muylaert, ex-secretário nacional de Comunicação, que tinha status de ministro, mas disse que só era consultado em questões de ortografia. "Ele não pode ser responsabilizado por uma atribuição que não tinha", alertou, antes da queda de Muylaert, o líder do governo na Câmara, Luís Carlos Santos, do PMDB paulista como o ex-secretário.

Com Muylaert lançado ao mar, Fernando Henrique sonha recuperar a mobilização social que embalou os primeiros meses do Plano

Real. Pesquisas de opinião encomendadas pelo Planalto revelam que está cada vez menor o recall da moeda. No jargão dos publicitários, isso quer dizer que o real já está incorporado ao cotidiano da população e não emociona mais, o que lhes parece uma ameaça ao plano e ao próprio governo. "Precisamos resgatar a emoção em favor da estabilidade", disse o presidente a um grupo de ministros.

Edivaldo Ferreira/AE—21/12/94



Fernando Henrique: atingido pela crise no México e pelos erros do BC

PÉ NO FREIO

Previdência — O governo desacelerou a tramitação de seu projeto de reforma, temendo uma derrota no Congresso.

Reforma tributária — Não há chance de ser aprovada este ano. O governo vai tentar a prorrogação do Fundo Social de Emergência e a volta do IPMF.

Abertura da economia — Importação de automóveis e duráveis ganhou taxas em níveis só vistos antes do governo Fernando Collor.

Privatização — A reforma abre fatias do mercado, mas não prevê a privatização das telecomunicações e do setor de petróleo. O anúncio de estudos para vender a Vale do Rio Doce soou como consolo para a Bolsa.

Conselho Político — Morreu de inanição a proposta de manter um relacionamento institucional com os partidos de sua base de apoio. FH reduziu seus contatos aos líderes do PMDB, PFL e PSDB.